



European Trade Union Confederation (ETUC)
Confédération européenne des syndicats (CES)

Por uma Europa mais forte com crescimento sustentável e coesão social

Declaração adoptada pelo Comité de Direcção da CES em Wroclaw a 16 de Setembro de 2011

1. Durante o Verão de 2011 a Zona Euro ficou à beira do colapso. Medidas de curto prazo foram exigidas pelos Governos, Instituições Europeias e BCE (Banco Central Europeu), unidos na defesa de programas de austeridade, em lugar de avançarem para soluções mais abrangentes, de longo prazo e aceitáveis a nível social.
2. A crise de dívida soberana está a ficar incontrolável. A desconfiança nos mercados financeiros não se confina apenas à Grécia, à Irlanda ou a Portugal, tendo contaminado outros países como a Espanha e a Itália e ameaçando alastrar-se a nível geral. Os mercados mantêm-se voláteis, não estando ainda convictos da durabilidade das medidas decididas pelo Conselho Europeu de 21 de Julho para reforçar a capacidade de empréstimo do FEEF (Fundo Europeu de Estabilidade Financeira), atribuindo-lhe a competência para comprar a dívida soberana de países em dificuldades. Os atrasos a nível nacional relativos à implementação dessas conclusões ajudaram ainda a uma maior confusão.
3. A dívida soberana que no início era controlável tornou-se insustentável, quando todos os investidores se precipitaram, ao mesmo tempo, para encontrarem uma saída e quando o instrumento (Euro obrigações) e a instituição (um Banco Europeu para a Dívida Soberana), que teria o poder e os meios financeiros para combater a influência negativa dos mercados financeiros, ainda não existem na Zona Euro.
4. Embora o preço a pagar pelo apoio financeiro que as Instituições Europeias estão a prestar seja elevado, esse apoio não está a surtir efeito. Os Estados Membros são forçados pelo BCE, pela Comissão Europeia e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) a adoptarem um ritmo demasiado ambicioso de consolidação orçamental, a desregular os sistemas de emprego e de protecção social, a enfraquecer e a descentralizar os sistemas de formação dos salários e da negociação colectiva. Opusemo-nos à última exigência, formulada pelos Governos Alemão e Francês, para forçar todos os países da Zona Euro a inserirem um défice zero ou um limite à dívida nas constituições nacionais.
5. De forma a prevenir o contágio, os decisores políticos contaram com a redução da dívida. Foi excluída a reestruturação da dívida favorável ao devedor. O BCE ameaçou mesmo recusar considerar a dívida soberana como garantia em caso de reestruturação.

6. Além disso, assistimos a uma nova desaceleração económica. Importantes indicadores do ciclo de negócios decresceram. Ao passo que em muitas das economias principais da Europa a actividade está praticamente parada ou com uma desaceleração acentuada, as economias periféricas encontram-se estagnadas ou em declínio.

7. Não se pode excluir igualmente um novo estrangulamento do crédito. Com a iminente crise da dívida soberana que ameaça recair sobre os balanços financeiros dos bancos, torna-se cada vez mais difícil para estes o seu financiamento no mercado interbancário, o que poderá resultar em condições de crédito mais restritas, transformando desta forma a anunciada desaceleração numa recessão pura e simples.

8. Os Estados Membros já não detêm recursos fiscais suficientes, ou não estão dispostos a utilizá-los, para que os estabilizadores automáticos possam funcionar e muito menos para o relançamento da economia.

9. Em alguns países, vozes alarmistas têm defendido um retorno a soluções nacionais, nomeadamente a dissolução da Zona Euro.

A CES rejeita esse caminho. Um retorno à nacionalização da política económica europeia teria consequências desastrosas sobre as condições dos trabalhadores/as; as nossas economias encontram-se interligadas pelo mercado interno e pela moeda única. Corria-se ainda o risco de impulsionar o populismo de direita.

10. A procura de soluções de curto prazo tem conduzido a políticas de austeridade nos países ameaçados por crises da dívida soberana, às exigências de altas taxas de juro e até mesmo a uma insistência em acordos de garantia bilaterais. Este procedimento não é do interesse das principais economias. Ao permitir que as economias super-endividadas se afundem numa depressão económica de longo prazo, destruir-se-ão os mercados exportadores dos países economicamente mais fortes. A incapacidade em resolver de uma forma célere a crise da dívida da periferia vai enfraquecer os sectores bancário e financeiro fulcrais.

11. A dissolução da zona monetária, reclamada por alguns como uma solução rápida para os presentes problemas de dívida e de competitividade, pode levar a transformações económicas imprevisíveis e muito provavelmente dramáticas. Os países periféricos seriam obrigados a declarar o seu défice de forma desordenada sobre a totalidade da sua dívida expressa em euros, colocando em risco todo o sistema financeiro Europeu. Os principais países excedentários teriam que enfrentar uma valorização imediata e substancial das respectivas moedas, o que travaria o crescimento a curto prazo e exerceria uma pressão em baixa sobre os salários e as condições de trabalho, a médio prazo.

12. As actuais políticas de austeridade, incluindo a Regra de Ouro, estão a causar o desemprego e as desigualdades crescentes. Em diversos países, os trabalhadores/as enfrentam ataques frontais aos seus direitos adquiridos, consagrados na legislação europeia e nos instrumentos legais internacionais. Estão a ser impostas condições de maneira unilateral pelas Instituições e pelo BCE que ultrapassam as suas competências. Alguns Governos estão a utilizar a crise para destruir as disposições sociais que constituem a base do Modelo Social Europeu.

13. Os salários não são o inimigo da economia, mas antes o seu motor. Desencadear uma “corrida ao nivelamento por baixo” dos salários e das políticas sociais irá prejudicar a dinâmica da procura e ameaçar a deflação de toda a União Monetária.

14. A CES reitera que as condicionalidades implícitas à integração económica e social devem respeitar integralmente os sistemas nacionais de fixação de salários, bem como a autonomia dos parceiros sociais.

15. Os protestos sociais que ocorrem em muitos países não constituem uma surpresa – o desemprego juvenil, o trabalho precário e as desigualdades de tratamento são rejeitados pelas pessoas, que apenas vêem nas políticas da EU austeridade e ataques aos seus direitos.

16. A CES apresentou propostas no que respeita às euro-obrigações: a transferência parcial das dívidas soberanas nacionais para a dívida europeia até 60% do PIB; a criação de um Banco Europeu para a Dívida Soberana, com acesso às operações de liquidez do BCE; uma agência de notação pública europeia; um programa europeu de investimento para relançar as economias mais gravemente atingidas, ajudando as que têm problemas na reestruturação da dívida; investimentos em infra-estruturas e no emprego para assegurar a transição para um modelo energético e em recursos eficaz; eliminar os requisitos de co-financiamento exigidos aos fundos estruturais para os países em dificuldade e promover a participação dos sindicatos na gestão dos projectos; novas fontes fiscais europeias, como uma Taxa sobre as Transacções Financeiras (TTF); uma harmonização da base tributária das empresas, a par de uma taxa mínima, a fim de limitar o dumping fiscal; medidas contra a evasão fiscal e a eliminação dos paraísos fiscais. Levadas a cabo em conjunto, estas propostas podem indicar o caminho para a saída da crise existencial com que nos defrontamos actualmente.

17. O Congresso da CES, no passado mês de Maio, reafirmou o nosso compromisso em continuar a integração económica e social progressiva na Europa, a fim de sair da crise, estimular o crescimento, o emprego e a coesão social. Comprometemo-nos a defender e a promover o Modelo Social Europeu. Devemos estar todos conscientes da necessidade de apoio e controlo democráticos para fazer progredir os nossos ideais europeus, o que não se pode cingir a um exercício tecnocrático. Temos que mobilizar o povo europeu para estar ao nosso lado.

Nota: tradução da responsabilidade da UGT, baseada nas versões inglesa e francesa